

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.490 - RJ (2018/0297659-3)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : AIRES EDUARDO DOS SANTOS LIMA
ADVOGADO : JOSÉ EDUARDO DO CARMO - SP108928

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado (fl. 205):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL AGENTE NOCIVO: ELETRICIDADE. COMPROVAÇÃO EFETIVA DA EXPOSIÇÃO A TENSÕES ELÉTRICAS SUPERIORES A 250 VOLTS.

1. A legislação aplicável para a verificação da atividade exercida sob condição insalubre deve ser a vigente quando da prestação do serviço, e não a do requerimento da aposentadoria.

2. Até o advento da Lei n.º 9.032/95, em 29/04/95, é possível o reconhecimento do tempo de serviço especial com base na categoria profissional do trabalhador. A partir desta lei a comprovação da atividade especial é feita através dos formulários SB-40 e DSS-8030, até o advento do Decreto 2.172 de 05/03/97, que regulamentou a MP 1.523/96, convertida na Lei 9.528/97, que passa a exigir o laudo técnico.

3. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, comprovada efetiva exposição à eletricidade, ainda que tal agente não conste do rol de atividades do Decreto n. 2.172/1997, a atividade exposta ao referido agente pode ser reconhecida como especial, tendo em vista o caráter meramente exemplificativo dessa lista.

4. Negado provimento à apelação, nos termos do voto.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 57, § 3º, da Lei 8.213/91 e 60, § 1º, do Decreto 83.080/79.

Sustenta, em síntese, que o reconhecimento de especialidade do trabalho por exposição aos agentes nocivos ruído e eletricidade, em período posterior à vigência da Lei 9.032/95, ocorreu sem que houvesse a devida comprovação da permanência e habitualidade da exposição no período em análise.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base em óbice constante da súmula n. 7 do STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Tendo o agravante impugnado a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Tenho que não assiste razão ao recorrente.

Quanto a comprovação da exposição ao agente nocivo eletricidade, de forma habitual e permanente, o Tribunal *a quo* consignou, *in verbis* (fl. 196 e 203):

Por oportuno, eventual intermitência da exposição ao risco (eletricidade) não impediria o reconhecimento da especialidade do trabalho, uma vez que “em se tratando de periculosidade por sujeição a altas tensões elétricas, não é necessário o requisito da permanência, já que o tempo de exposição não é um fator condicionante para que ocorra um acidente ou choque elétrico, tendo em vista a presença constante do risco potencial, não restando desnaturada a especialidade da atividade pelos intervalos sem perigo direto” (TRF 1ª Região, 3ª Turma Suplementar, AC 0007957-65.2002.4.01.3800 / MG, Rel. Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES, e-DJF1 03/08/2012).

[...]

De acordo com as cópias das Carteiras de Trabalho acostadas aos autos e com a documentação apresentada às fls. 97/99 e 119, observa-se que o autor trabalhou na empresa Light - Serviços de Eletricidade S/A, no período de 07/07/1989 a 31/03/2016.

Por sua vez, com base no Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP de fls. 97/99, expedido por Light – Serviços de Eletricidade S/A e em que constam os profissionais responsáveis pelos registros ambientais e pela monitoração biológica e os seus respectivos números de registros no Conselho de Classe, observa-se que o autor laborou na citada empresa exposto ao fator de risco descrito como eletricidade acima de 250 volts, sendo no período de 07/07/89 a 31/10/99, “de forma habitual e intermitente (não ocasional e nem permanente)” e no período de 01/11/99 a 01/12/15, “de forma habitual e permanente (não ocasional e nem intermitente)”.

Vê-se, pois, que a corte *a quo*, destinatária do conjunto probatório, considerou que as atividades exercidas pelo recorrente, sujeito à agentes nocivos, ocorreram de forma habitual, caracterizando o tempo de serviço especial.

Ainda que não tenha ficado evidenciado a permanência da exposição, o juízo *a quo*, com base em diversos entendimentos jurisprudenciais e nas provas apresentadas no autos, considerou, no presente caso, desnecessário tal requisito para a comprovação da especialidade do labor, dada a natureza perigosa da atividade exercida.

Sendo assim, para rever o entendimento firmado na instância

ordinária, seria necessário o revolvimento de todo conjunto fático-probatório para se chegar a entendimento diverso, o que não é possível na seara do Recurso Especial ante o óbice constante da Súmula 7/STJ, que veda tal revisão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

E com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios fixados na instância ordinária em 1% (um por cento).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

